



PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO NA INCLUSÃO DE ESTUDANTE COM TEA: UM ESTUDO DE CASO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO SÃO LUÍS - MA

SILVA, Ivonete Rodrigues Lopes da¹

GAMA, Elisângela Santos²

RODRIGUES, Hirlã Silva³

Resumo: A educação inclusiva busca garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes público-alvo da Educação Especial na escola regular, respeitando suas necessidades educacionais e promovendo a participação de todos no processo educativo. Conforme discutem Mantoan (2006/2007) e Mendes (2015), a efetivação da inclusão escolar exige mudanças nas práticas pedagógicas, no planejamento educacional e na formação docente. Nesse contexto, o Plano Educacional Individualizado (PEI) configura-se como um instrumento pedagógico importante para organizar estratégias de ensino voltadas ao atendimento das especificidades dos estudantes. Este estudo tem como objetivo investigar como ocorre a implementação do PEI no processo de inclusão escolar de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola pública municipal de São Luís, Maranhão. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa e foi desenvolvida por meio de estudo de caso. A coleta de dados ocorreu por

- 1 Mestra em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professora Efetiva do Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão, *Campus* São Luís (Paulo VI), ivonetelopes@professor.uema.br
- 2 Graduada em Matemática Licenciatura, Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Universidade Estadual do Maranhão, *Campus* São Luís (Paulo VI), elisangelagamax@gmail.com
- 3 Graduando em Letras Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão, *Campus* São Luís (Paulo VI), hirlansilva.professor@gmail.com



meio de entrevista semiestruturada com a responsável pelo estudante. Os resultados indicaram que, apesar da inserção do aluno no ambiente escolar, observamos limitações no atendimento de suas necessidades educacionais, como ausência do PEI, falta de adaptações curriculares e acompanhamento pedagógico especializado. Esses resultados indicam a necessidade de planejamento pedagógico estruturado e maior apoio institucional para garantir a efetivação da inclusão escolar.

Palavras-chave: educação especial; transtorno do espectro autista; práticas pedagógicas; escola pública.

Abstract: Inclusive education seeks to ensure access, retention, and learning for students who are the target audience of Special Education in regular schools, respecting their educational needs and promoting the participation of all in the educational process. As discussed by Mantoan (2006/2007) and Mendes (2015), the implementation of school inclusion requires changes in teaching practices, educational planning, and teacher training. In this context, the Individualized Education Plan (IEP) is an important pedagogical tool for organizing teaching strategies aimed at meeting the specific needs of students. This study aims to investigate how the IEP is implemented in the school inclusion process of a student with Autism Spectrum Disorder (ASD) in a public municipal school in São Luís, Maranhão. The research was characterized as qualitative and developed through a case study. Data collection was done through a semi-structured interview with the student's guardian. The results indicated that, despite the student's inclusion in the school environment, there were limitations in meeting their educational needs, such as the absence of an IEP, lack of curricular adaptations, and specialized pedagogical support. These results indicate the need for structured pedagogical planning and greater institutional support to ensure the effectiveness of school inclusion.

Keywords: special education; autism spectrum disorder; teaching practices; public school.



1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da educação brasileira, o atendimento às pessoas com deficiência foi marcado por processos de exclusão, invisibilidade social e concepções essencialistas que as afastam dos espaços escolares comuns. Durante muito tempo, predominou a ideia de que esses alunos deveriam ser educados de forma separada ou, em muitos casos, sequer eram considerados aptos à escolarização, revelando um passado atravessado por práticas segregadoras e pela negação do direito à educação.

Nesse sentido, a educação é um direito fundamental garantido a todos os cidadãos, sendo dever do Estado e da família assegurar condições de acesso e permanência na escola (Brasil, 1988).

Essa compreensão exige refletir sobre as diferentes concepções pedagógicas que orientam o atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial, distinguindo Educação Especial — modalidade de ensino com recursos especializados — de Educação Inclusiva, paradigma que defende a escolarização conjunta de todos, respeitando diferenças e garantindo igualdade de oportunidades.

A inclusão escolar resulta de transformações sociais e políticas que demandam sistemas educacionais equitativos, valorizando as diferenças.

Para Mantoan (2007, p. 320):

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. A inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial regular. Quando entendemos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas suas peculiaridades, ligadas a sexo, etnia, origem e crenças, tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder suas especificidades e excluí-los do mesmo modo; portanto, ser gente é correr sempre o risco de ser diferente.

Dessa forma, discute-se o papel da Educação Especial na perspectiva inclusiva, com ênfase no Plano Educacional Individualizado (PEI), instrumento colaborativo entre escola, família e profissionais que organiza



objetivos, adaptações curriculares e recursos para necessidades específicas. Normativamente, o PEI é dever institucional (diretrizes da educação inclusiva brasileira), central para acesso, participação e aprendizagem.

Apesar dos avanços, os desafios persistem: práticas uniformizadoras, formação docente insuficiente e limitações estruturais. O presente estudo tem como objetivo investigar como ocorre, na prática, a implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) no processo de inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola pública.

A investigação orienta-se pela seguinte questão norteadora: Como o PEI se concretiza — ou não — no processo de inclusão escolar de estudantes com TEA no contexto da escola pública?

Para atender a esse propósito, parte-se da hipótese de que a implementação deste instrumento ocorre de forma parcial ou limitada, em razão de fatores institucionais, pedagógicos e estruturais que interferem na efetivação de práticas educacionais inclusivas.

O corpus empírico da pesquisa é composto por uma participante responsável por um estudante com TEA que apresenta limitações comunicativas. A escolha foi intencional, considerando sua experiência no acompanhamento do processo de inclusão escolar e da implementação — ou ausência — de estratégias pedagógicas como o PEI. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, buscando compreender percepções e desafios da inclusão, justificada pelo relato inicial da responsável: “ele conversa só com ela, o pai e a irmã”, indicando possíveis falhas na efetivação do PEI.

1.2 PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

No contexto da educação especial brasileira, o Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento pedagógico fundamental para garantir o direito à aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. O documento organiza estratégias pedagógicas e adaptações curriculares voltadas às necessidades do aluno, sem afastá-lo do contexto da sala de aula.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que o atendimento educacional especializado deve ocorrer articulado à escolarização na classe comum, o que pressupõe planejamento pedagógico



individualizado. Além disso, o Decreto nº 12.686/2025, ao atualizar o Decreto nº 6.571/2008 e incorporar princípios da Declaração de Salamanca (1994), reforça a garantia da educação inclusiva e amplia o acesso e a permanência desses estudantes no sistema educacional.

Embora a legislação brasileira detém base legal avançada sobre o ato de incluir um estudante com necessidades especiais, a aplicação dessas políticas ainda ocorre de forma desigual nas redes de ensino, audazmente citamos a rede pública de ensino. Prieto *et al.* (2018) apontam que, embora haja avanços nas políticas de inclusão escolar no Brasil, a garantia de matrícula do estudante público-alvo da educação especial não assegura, por si só, condições pedagógicas adequadas para sua participação e aprendizagem no contexto escolar.

Outro desafio refere-se à dificuldade de integração entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a sala de aula comum. Em muitas escolas da rede pública, o trabalho do professor do AEE ocorre de forma isolada, com pouca comunicação e ausência de planejamento colaborativo entre os docentes, o que compromete a construção de estratégias pedagógicas individualizadas. Nesse contexto, embora o PEI seja um instrumento importante para organizar adaptações curriculares, sua implementação ainda enfrenta desafios, e a garantia de matrícula do estudante público-alvo da educação especial não assegura, por si só, sua participação efetiva nas práticas pedagógicas.

Assim, a construção de práticas inclusivas exige não apenas dispositivos legais, mas também mudanças na organização escolar, no planejamento pedagógico e na atuação coletiva dos profissionais da educação, com apoio do Estado para sua efetivação. Nesse contexto, compreender como o PEI é elaborado e aplicado na escola torna-se fundamental para analisar os limites e possibilidades da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na rede pública.

1.3 FORMAÇÃO DOCENTE E DESAFIOS DA PRÁTICA INCLUSIVA

Embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure o acesso à educação inclusiva e preveja instrumentos como o PEI, sua implementação efetiva depende da formação docente e das condições de trabalho nas escolas. Para



que o estudante participe ativamente do processo educativo, é necessário que o corpo escolar esteja preparado para acolhê-lo, com professores capacitados e estrutura adequada para atender às suas necessidades.

A formação docente deve ser compreendida como um processo contínuo de desenvolvimento profissional e reflexão sobre a prática pedagógica. O Art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê a formação continuada dos professores; entretanto, ainda persistem desafios como a falta de profissionais especializados, a superlotação das salas de aula e a insuficiência de recursos, evidenciando a distância entre a legislação e a realidade escolar.

Entre os desafios da educação inclusiva destaca-se a sobrecarga docente. Mendes, Cia e Cabral (2015) apontam que os limites estruturais da escola pública fazem com que o professor acumule múltiplas responsabilidades, enquanto Mantoan (2007) destaca que a cultura escolar padronizada dificulta o reconhecimento das diferenças.

Assim, a efetivação da inclusão não depende apenas de leis ou instrumentos como o PEI, mas também de condições reais no cotidiano escolar, como melhores estruturas e organização pedagógica que garantam não só o acesso, mas também a participação e aprendizagem dos estudantes.

2 METODOLOGIA

Este estudo investiga como ocorre, na prática, a implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) na inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola pública municipal de São Luís, Maranhão.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, voltada à compreensão de experiências e percepções sobre o processo de inclusão escolar em seu contexto real. Conforme Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa permite compreender fenômenos inseridos no contexto educacional, enquanto Yin (2015) define o estudo de caso como uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo em profundidade em seu contexto de mundo real.

O corpus empírico da pesquisa é constituído pela responsável legal do estudante com TEA, matriculado em escola pública municipal de São



Luís/MA, selecionada de forma intencional devido ao seu acompanhamento direto da trajetória escolar do aluno. Essa participação atua como informante mediadora, considerando as limitações comunicativas do estudante.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, com perguntas organizadas em temas relacionados à inclusão escolar, participação pedagógica e estratégias educacionais. A entrevista foi gravada com autorização da participante, garantindo anonimato e uso para fins acadêmicos.

Os dados foram analisados por meio de análise narrativa das falas, identificando categorias como comunicação, participação escolar, estratégias pedagógicas e desafios institucionais, assegurando sigilo e participação voluntária.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram construídos a partir da análise qualitativa de entrevista com a responsável legal de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e mutismo seletivo, matriculado no 8º ano do ensino fundamental da rede pública municipal de São Luís (MA). Os primeiros sinais foram percebidos na infância, por volta dos quatro anos, principalmente pela dificuldade de interação social e pelo isolamento em sala de aula. Segundo a responsável, “ele não conversa com ninguém, só fala com o pai, a mãe e a irmã”, evidenciando limitações nas interações sociais desde os primeiros anos escolares.

O TEA é caracterizado por prejuízos persistentes na comunicação social e na interação, conforme descrito no DSM-5 TR (2022). No caso analisado, observa-se que as dificuldades comunicativas permanecem na adolescência, impactando tanto a aprendizagem quanto o desenvolvimento socioemocional.

3.1 INEXISTÊNCIA DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)

Um dos principais achados da pesquisa refere-se à inexistência do Plano Educacional Individualizado (PEI). A responsável declarou não ter participado de qualquer processo de elaboração de planejamento pedagógico



específico, bem como relatou ausência de adaptações curriculares e metas individualizadas. Conforme outro relato: “não, não participei e ele também não tem” (entrevistada).

O PEI é um instrumento que organiza práticas pedagógicas voltadas ao estudante público-alvo da educação especial. Segundo Mantoan (2006), a inclusão exige reorganização da escola e planejamento pedagógico que considere as singularidades do aluno, sendo construído de forma coletiva entre professores, equipe escolar e família, conforme os princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

A inexistência do PEI configura um elemento crítico, considerando que o planejamento educacional individualizado constitui instrumento essencial para a efetivação da educação inclusiva. O inciso IV, do art. 28 da Lei nº 13.146 do Estatuto da Pessoa com Deficiência de 6 de julho de 2015, estabelece a obrigatoriedade práticas pedagógicas inclusivas e adaptações razoáveis, o que pressupõe a organização sistemática do ensino conforme as necessidades do estudante.

Nesse sentido, a ausência do PEI indica não apenas uma lacuna pedagógica, mas também o não cumprimento integral das diretrizes legais voltadas à inclusão escolar.

A análise das falas da participante evidencia divergências entre as garantias legais previstas na legislação brasileira e a realidade educacional vivenciada pelo estudante. Para sistematizar essa comparação, apresenta-se o Quadro 1, que relaciona os elementos constitutivos do Plano Educacional Individualizado com os dados obtidos na pesquisa.



Quadro 01. Plano Educacional Individualizado: previsão legal e realidade observada no estudo de caso.

Elementos do PEI	Fundamentação na legislação brasileira	Evidências do estudo de caso
Planejamento Educacional Individualizado	Brasil (2015) - Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de inclusão), art. 28, que assegura planejamento educacional inclusivo conforme a necessidade do estudante	Responsável relata inexistência do PEI formalizado pela escola
Participação da família no processo educacional	Brasil (1996) - Lei nº 9.394/1996 (LDB) art. 12 e art. 13, que prevê articulação entre escola e família	Família não ter participado da elaboração de planejamento pedagógico individual
Adaptações curriculares	Brasil (2008) - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta flexibilizações pedagógicas	Não foram identificadas adaptações curriculares sistematizadas
Profissional de apoio escolar	Brasil (2015) - Lei nº 13.146/2015, art. 28, que garante apoio necessário à inclusão	Ausência de profissional de apoio educacional especializado
Monitoramento e revisão	Brasil (2008) - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta flexibilizações pedagógicas	Não há registro de acompanhamento ou revisão sistemática das intervenções pedagógico

Fonte: Elaboração dos autores (2026).

O Quadro 1 evidência discrepâncias significativas entre as garantias legais previstas na legislação educacional brasileira e a realidade vivenciada pelo estudante investigado. Observa-se que elementos centrais do Plano Educacional Individualizado – como a elaboração, participação familiar, adaptações curriculares e acompanhamento sistemático -- não se materializam no contexto escolar analisando, revelando desafios estruturais na efetivação das políticas de educação inclusiva.

3.2 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICOS E DESAFIOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

A entrevista possibilitou compreender aspectos do acompanhamento pedagógico do estudante no ambiente escolar e os desafios do processo de



inclusão. Segundo o relato da responsável, embora ele frequente a escola e participe das atividades, ainda apresenta dificuldades de interação social e em algumas dinâmicas coletivas em sala de aula. Esses aspectos evidenciam que a inclusão escolar exige não apenas o acesso à escola, mas também condições que favoreçam sua participação efetiva nas atividades educacionais.

Nesse sentido, a responsável relatou uma situação vivenciada pelo estudante que mostra desafios presentes no processo de socialização no ambiente escolar. Conforme seu relato, “teve um dia que ele chegou em casa triste, chorando, porque a professora mandou que os colegas formassem em equipes e ninguém colocou ele na equipe.”

Esse tipo de situação demonstra como as dificuldades de interação social podem impactar a experiência de estudantes com TEA, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a participação coletiva, o respeito às diferenças e a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo. Além das dificuldades mencionadas, o relato da responsável também permite compreender a relação do estudante com a escola.

Ao ser questionada sobre o interesse do filho pelo ambiente escolar, a entrevistada se emocionou ao afirmar que ele demonstra gostar de frequentar a escola, pois associa esse espaço a momentos de alegria e convivência. Em suas palavras “ele gosta, ele gosta. Para ele acho que é uma diversão... ir para a escola já é uma rotina dele.”

Esse relato reforça a importância da escola como um espaço de socialização, aprendizagem e desenvolvimento, especialmente para estudantes com transtorno do espectro autista, que podem encontrar nesse ambiente oportunidades significativas de interação e construção de vínculos.

Além disso, a entrevista revelou aspectos relacionados à comunicação entre a família e a escola no acompanhamento do estudante. Segundo a responsável, a instituição demonstra abertura para ouvir as sugestões apresentadas pela família; entretanto, muitas das demandas acabam não sendo atendidas em razão da ausência de profissionais especializados.

Conforme relatado, “a escola sempre escuta, mas fala que a rede municipal não dá esse apoio, pois há muitas crianças autistas e a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) não consegue atender todas.” O trecho evidencia que, apesar do diálogo entre família e escola, ainda existem dificuldades estruturais relacionadas à falta de suporte institucional e de profissionais especializados.



Diante disso, percebe-se que a inclusão escolar vai além da matrícula do estudante na escola regular, exigindo planejamento pedagógico e estratégias que favoreçam sua participação. Nesse contexto, instrumentos como o Plano Educacional Individualizado (PEI) tornam-se fundamentais para orientar o trabalho pedagógico e atender às necessidades do estudante com TEA.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados mostrou que, embora o estudante esteja inserido no ambiente escolar e demonstre interesse em frequentar a escola, ainda existem limitações no atendimento de suas necessidades educacionais, especialmente relacionadas às dificuldades de interação social, que afetam sua participação em atividades coletivas.

Além disso, foi identificada a inexistência do Plano Educacional Individualizado (PEI), bem como a ausência de adaptações curriculares e de acompanhamento pedagógico especializado, evidenciando fragilidades na organização das práticas voltadas ao estudante público-alvo da Educação Especial.

A investigação também demonstrou que, apesar da existência de diálogo entre família e escola, fatores institucionais e estruturais, como a limitação de profissionais especializados e o suporte insuficiente da rede de ensino, interferem na implementação de práticas educacionais que atendam de forma adequada às necessidades do estudante. Essa realidade evidencia um distanciamento entre as garantias previstas na legislação educacional brasileira e as condições concretas observadas no cotidiano escolar analisado.

Nesse contexto, os resultados obtidos permitem compreender que a inclusão escolar não se limita ao acesso ou à permanência do estudante na escola regular. A efetivação desse direito exige condições pedagógicas que favoreçam sua participação no processo de aprendizagem, garantindo oportunidades reais de desenvolvimento acadêmico e social.

Dessa forma, os achados deste estudo reforçam a importância da implementação de instrumentos pedagógicos como o Plano Educacional Individualizado, bem como da ampliação de políticas de formação docente e de suporte institucional às escolas. Tais medidas são fundamentais para que a educação inclusiva se concretize como prática pedagógica capaz de assegurar o direito à aprendizagem e à participação de todos os estudantes.



5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Princípios, Políticas e Práticas em Educação. Espanha, 1994.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha**. Educação, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 319-326, 2007. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acesso em: 26 fev. 2026.

MENDES, Enicéia, Gonçalves; CIA, Fabiana; CABRAL, Leonardo, S. A. (Org.). **Inclusão Escolar e os Desafios para a Formação de Professores**



em Educação Especial. São Carlos: Marquezine & Manzini, Marília: ABPEE, 2015.

PRIETO, Rosângela Gavioli; KUMADA, Kate Mamhy Oliveira; BRITO, Fábio Bezerra de; ANDRIOLI, Mary Grace Pereira (org.). **Políticas de Educação Especial**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.